

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIEDADE/SP: QUALIDADE, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS

Municipal Council of Education of Piedade/SP: quality, democratic management and participation in the perception of the counselors

Consejo Municipal de Educación de Piedade/SP: calidad, gestión democrática y participación en la percepción de los consejeros

Jociane Marthendal Oliveira Santos*
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba – Bra.

Jurany Leite Rueda**
Universidade de São Paulo (USP) – Bra.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de analisar as percepções dos membros pertencentes ao Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP (C.M.E.P.) quanto à gestão democrática, qualidade e participação no contexto da comunidade da referida cidade. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 3 membros do C.M.E.P. As entrevistas foram gravadas em áudio com aparelho celular totalizando 2 entrevistas e 1 registro escrito. A pesquisa revelou questões e embates que são vivenciados neste colegiado, por meio do alto nível de resistência percebidos nas devolutivas das entrevistas e um acesso reduzido aos membros do conselho para a coleta de dados. Notadamente observa-se que a construção de uma consciência democrática e participação nos conselhos são eixos necessários na realidade estudada, logo, as estratégias e mecanismos utilizados pelo C.M.E.P. para inferir na educação do município são insuficientes e pouco delimitadas.

Palavras-chave: Conselho municipal de educação. Gestão democrática. Qualidade. Participação. Piedade/SP.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the perceptions of the members belonging to the Municipal Council of Education of Piedade/SP (C.M.E.P.) regarding the democratic management, quality and participation in the community context of the aforementioned city. The methodology used was the qualitative approach through semi-structured interviews. Three members of the C.M.E.P. were interviewed. The interviews were recorded in audio with a cellular device totaling 2 interviews and 1 written record. The research revealed questions and conflicts that are experienced in this collegiate, through the high level of resistance perceived in the return of the interviews and a reduced access to the members of the Board for data collection. Notably, it is observed that the construction of a democratic consciousness and participation in councils are necessary axes in the reality studied, therefore, the strategies and mechanisms used by the C.M.E.P. to infer in the education of the municipality are insufficient and little delimited.

Keywords: Municipal council of education. Democratic management. Quality. Participation. Piedade/SP.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar las percepciones de los miembros pertenecientes al Consejo Municipal de Educación de Piedade/SP (C.M.E.P.) sobre la gestión democrática, la calidad y la participación en el contexto comunitario de la citada ciudad. La metodología utilizada fue el enfoque cualitativo, a través de entrevistas semiestructuradas. Fueron Entrevistados 3 miembros del C.M.E.P, de las cuales dos entrevistas fueron grabadas en audio con un dispositivo celular y 1 entrevista fue registrada por escrito. La investigación reveló problemas y conflictos vivenciados en este órgano colegiado, a través del alto nivel de resistencia percibida en el retorno de las entrevistas y un acceso reducido a los miembros del concejo para la recolección de datos. En particular, se observa que la construcción de una conciencia democrática y la participación en concejos son ejes necesarios en la realidad estudiada, por lo tanto, las estrategias y mecanismos utilizados por el C.M.E.P. para deducir en la educación del municipio son insuficientes y poco delimitado.

Palabras-clave: Consejo Municipal de educación. Gestión democrática. Calidad. Participación. Piedade/SP.

Introdução

A construção deste artigo compõe a terceira parte de uma pesquisa maior denominada “Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos” realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba. Este estudo acompanhou e investigou os Conselhos Municipais de Educação de nove municípios da Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba.

O objeto de interesse para os estudos neste caso foi o Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP contemplado com dois estudos iniciais. Num primeiro momento da pesquisa caracterizou-se o município de Piedade/SP, descrevendo sua história, economia e trajetória de educação (RUEDA e SANTOS, 2017). Na segunda parte compreendeu-se a atuação do Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP, sua concepção de qualidade socialmente referenciada e gestão democrática a partir da sua legislação e de documentos, discussões e ponderações (SANTOS, e RUEDA, 2018).

Para esta terceira etapa foram entrevistados os conselheiros analisando suas percepções sobre qualidade, qualidade socialmente referenciada, gestão democrática, participação da comunidade, autonomia e atuação do conselho do qual participam. Santos e Rueda (2018, p. 58) explicitaram que, por ocasião de levantamento de dados, a composição do Conselho Municipal de Piedade/SP tinha 18 membros, segundo o seu regimento interno. No primeiro contato com os respondentes compareceram no dia combinado previamente 7 membros. Após as pesquisadoras apresentarem a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é a autorização para utilização das entrevistas para elaboração de análises e estudos, eles assinaram o aceite para o desenvolvimento das entrevistas.

Feitas a apresentação e coleta das assinaturas foi possível entrevistar 2 conselheiros e a presidente do conselho, que foi o contato inicial e recepção para coleta de dados. Ao finalizar as entrevistas do dia, optou-se por retornar ao município em outro momento, devido as reuniões do CME que estavam ocorrendo no mesmo dia da pesquisa e os demais conselheiros também deveriam ter participação. Entretanto, dias depois um percalço: a renúncia da presidente do conselho quanto ao seu cargo, o nosso contato inicial, dificultaria a abertura para a coleta de dados, enquanto isso continuávamos a busca pela comunicação quanto ao status da nova organização do CME. Finalmente nos informaram que fora eleita outra presidente.

A nova presidente do conselho foi contatada por telefone, mas justificou-se dizendo que não poderia ajudar com a pesquisa. Ao entrar em contato com mais dois conselheiros, por três vezes, foram dadas respostas de não ser possível conversar com as pesquisadoras, por motivos vários. Sendo assim não foi viável o retorno ao município selando o número do universo amostral em 3 (três) respondentes. Devido esta realidade da pesquisa, o critério de seleção para os respondentes foram os seguintes: a) ser membro titular; b) disponibilidade para participar da pesquisa e c) conselheiros que reunissem as solicitações dos critérios a e b. Desta forma, os que não atenderam os critérios elencados foram excluídos.

Antes da coleta de dados com o instrumento semiestruturado, aplicou-se um Roteiro de Caracterização com os entrevistados a fim de identificá-los. Os três respondentes possuem características comuns em relação a profissão, sendo todos atuantes da área de gestão. Em relação a escolaridade, apresentam terceiro grau completo e com especialização, sendo que dois respondentes possuem duas especializações e em relação ao sexo todos os respondentes são mulheres e trabalham em escolas da rede municipal. Veja a partir do quadro as caracterizações:

Quadro 1: Características dos Respondentes.

Respondente	Idade	Sexo	Escolaridade	Profissão
R-1	40	F	1 Especialização	Gestora de escola
R-2	33	F	2 Especializações	Coordenadora de creche
R-3	40	F	2 Especializações	Gestora de escola

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

O instrumento para as entrevistas foi estruturado com vinte questões, organizadas em quatro eixos com cinco questões cada. Os quatro eixos contemplavam questões referentes a qualidade socialmente referenciada (questões 1-5), gestão democrática e a participação no C.M.E.P. (questões 6-10), ações e estratégias do C.M.E.P. para o alcance da gestão democrática (questões 11-15) e como os conselheiros analisam o processo de gestão democrática (questões 16-20). O presente texto discutirá os resultados obtidos, pelo que foi organizado em quatro sessões como ser conferido a seguir.

O conselho municipal de educação e a qualidade socialmente referenciada

A qualidade socialmente referenciada abrange discussões sobre a educação desejada e demandas atendidas ou que poderão ser priorizadas. Segundo Azevedo (2011, p.424) “[...] trata-se de uma compreensão que toma a qualidade como ‘qualidade social’ e que se articula, [...] diretamente à noção de gestão democrática da educação e da escola”. Nesta sessão serão observadas as percepções dos conselheiros a respeito da qualidade socialmente referenciada. Nas falas dos respondentes nem sempre o tema qualidade tem aparecido nas pautas e discussões do conselho. Observe a fala de R-1 e R-3:

R-1 Eu não sei por que a gente nunca falou disso numa maneira formal. A gente devia falar disso. A gente conversa sobre casos. “Tal creche, como que tá?”

R-3 Procuramos estudar e socializar as práticas exitosas, mas não sobra muito tempo para isso.

Embora as reuniões ocorram quinzenalmente neste conselho, conforme os relatos, o tema qualidade não tem sido considerado. Pode-se observar as diferentes concepções de qualidade no âmbito do conselho. Observe as falas dos respondentes:

R-1 Bom, qualidade pra nós, do Conselho, é atender bem as crianças, acolher essas crianças em espaços bons, com refeições boas (isso importa muito pra nós), com material bom, espaços bons, é... De forma humana, essa é a nossa luta, de forma organizada. Cada aluno como um ser único. Então, o Conselho bate muito nessa questão de olhar espaços, os materiais que estão sendo usados, inclusive algumas instituições filantrópicas que nós temos aqui, espaços: em que lugar as crianças estão, que elas vivem, onde elas repousam, que tipo de alimento que tão dando pra— porque, na verdade, a merenda, por instituições filantrópicas, elas são doadas pela prefeitura. A prefeitura continua oferecendo, fora a verba. Então a gente quer saber o preparo, a gente quer saber.

R-2 Sim, sim. A gente sempre pensa com esse princípio do bem estar do aluno. No caso das questões que surgiram pra nós, né? Nesses últimos tempos...

R-3 Existem reuniões com temas específicos. A gente conversa a respeito da nota do IDEB.

Veja que na fala de R-3 a qualidade está ligada aos índices e metas da educação, sem considerar outras questões apontadas pelos demais respondentes e os outros respondentes percebem a qualidade sem observar os índices. Ou seja, as concepções de qualidade aparecem dissociadas. Para Azevedo (2011) a qualidade é indissociável, isto é, onde tem valores quantitativos devem existir valores qualitativos e vice-versa. Segundo a autora os índices ainda são importantes, mas os desafios que se apresentam hoje no Brasil são diferentes, exigindo o debate e diálogo a fim de superar a visão tecnicista para os avanços na educação, modificando assim a noção de qualidade em cada tempo.

Fica claro que, embora R-3 tenha mencionado a questão dos índices, observando a fala da maioria dos respondentes (R-1 e R-2) compreende-se que a noção de qualidade compartilhada se afere ao bem-estar, atendimento e acompanhamento da população. No momento da coleta de dados, a preocupação sobre os índices não aparece de forma recorrente. Pode ser que isto se deva ao tipo de condução da gestão deste conselho, pensando índices e para além deles, o que em tese seria favorável ao desenvolvimento da gestão democrática como pode ser observado em R-1:

R-1 O que te avalia não é a Prova Brasil. [...] O IDEB da escola é um IDEB muito bom, aliás, Piedade é muito boa em Matemática, em Sociedade Agrícola. Então, você tem crianças caindo em Língua Portuguesa. Então, eu já digo pra elas: "Eu acho que não, não avalia. IDEB não avalia escola" o dia a dia da escola, cê tá me entendendo? Porque, aquele dia, meu aluno não tá bem. Aquele 5º ano, daquele ano, foram alunos com extremas dificuldades sociais, sabe? Que pai foi preso, o pai foi degolado com capacete (porque aconteceu isso aí também), então, aquele quinto ano é o único, era a única turma que tinha e eles não—Então, cê tá entendendo? Pra mim, a qualidade da educação e a qualidade social é humanização. Olhar pro outro de uma forma humanizada. É uma coisa que tem acontecido aqui, em Piedade, também.

Segundo R-1 a humanização corresponde à dimensão de qualidade. Embora a noção de humanização seja a escolhida para trabalhar como princípio norteador das questões trazidas ao C.M.E.P., não se afere à estratégia para o alcance da qualidade socialmente referenciada. A concepção compartilhada de qualidade sendo mais que o alcance de índices e o conhecimento e resolução dos casos atendidos na sociedade não abrange a participação da sociedade como parte da função da escola na "adequação dos programas e projetos aos atendimentos das necessidades educacionais ou elementos que configuram a relação entre as práticas educativas e o projeto de sociedade prevalecente" (AZEVEDO, 2011, p.424), daí ser necessário sim, a gestão democrática no sentido mais amplo possível. Ao longo das entrevistas percebeu-se que o termo qualidade socialmente referenciada não era um conceito familiar aos respondentes. Veja as falas de R-1 e R-2:

R-1 Olha, qualidade social, a gente... A partir do Conselho. É... Essa é difícil. "Qualidade social a partir do Conselho"... Eu penso que, a partir do Conselho, nós acabamos de chegar no Conselho que, e espero que eu esteja certa, onde há escola pras nossas crianças, seja uma instituição de educação. Claro que a gente vai alimentar nossas crianças dentro da escola (a gente tem as melhores merendas da região), é... temos nutricionistas preparando cardápio, tudo, como eu falei, essa parte é prioridade. É... mas a gente luta muito nessa questão de que a escola é um lugar que você deixa seu filho pra trabalhar, né? A escola é um lugar que você deixa seu filho, é... pra que ele não ande pela rua, senão o Conselho Tutelar vai atrás de você... A gente luta muito pra que as pessoas compreendam a função social do estudo.

R-2 Então, eu acredito que sim. Que Conselho tem que ter essa qualidade. E a qualidade social... Moça, não tem... O que seria essa qualidade social?

Na fala de R-1 a qualidade socialmente referenciada corresponde a função social da educação. Mas o que é a função social da educação, senão o ensino do exercício da democracia? “O direito à educação é necessariamente o direito à educação de qualidade, a qual envolve conhecimentos básicos para a interpretação do mundo” (WERLE, SHEFFER, MOREIRA, 2012, p. 29). Ainda que fosse explicitada uma concepção compartilhada de qualidade do CME, com destaque para o atendimento e resolução dos casos advindos da sociedade, não aparecem nas falas dos respondentes a compreensão de que a qualidade social está diretamente associada aos debates com a sociedade ou participação do cidadão nas políticas públicas como direito político. Existe uma outra dissociação, agora da qualidade e qualidade socialmente referenciada quando se contempla o Plano Municipal de Educação:

R-1 Mas, a questão da qualidade da educação municipal fica muito vago pra gente, e assim... é questão de prioridade, e prioridade, contempla...

R-2 Ah, eu acho que assim, no... O Sistema de Ensino de Piedade prioriza a qualidade na educação, né? Desde o Planejamento, pra tudo o que é feito aqui, a gente—Nós somos orientados a priorizar a qualidade.

R-3 Foi contemplado tudo em cima disso.

Percebe-se que quando os respondentes são questionados sobre as metas e projetos as respostas são assertivas e demonstram uma melhor compreensão sobre o que seria a qualidade. Sobre o alcance das metas do PME de Piedade/SP e se está havendo acompanhamento pelo CME, observe as respostas:

R-1 Se eu tivesse com as metas aqui, na hora eu ia te informar o que é cada coisa. É que eu não lembro de todas. Eu vejo, por exemplo... É público a lista de vaga em creche no site da prefeitura. Quando eu abro, eu vejo que a demanda vem diminuindo, e eu vejo que dá pra inaugurar três creches em Piedade. Com previsão desse ano, nós vamos zerar. Nós tínhamos, aí, mais... Oito anos pra fazer— zerar a demanda de creche.

R-3 A melhor pergunta até agora. A falta de vagas nas creches. Para atingir essa meta tem sido muita luta. A juíza chamou o membro do conselho. Igual agora nunca aconteceu. Três creches para ser inauguradas. A importância do conselho... eu não tinha essa dimensão. Só sendo membro.

R-2 Olha, eu acredito que, assim, o—Toda equipe trabalha pra que alcance, né? Pra que... Pra que toda a Rede alcance. Então, o Conselho tem acompanhado sim.

R-2 Do Plano Municipal... Olha, neste ano, vou ser sincera pra você, nós não conseguimos focar nisso por motivos de outros assuntos que nós tivemos que resolver, né? Então, o Plano, neste ano de 2018, nós não conseguimos sentar pra ver isso, mas nós, como eu te disse, nós auxiliamos, né, no fechamento desse Plano e aí sugerimos algumas situações, tanto que com relação em meta pra unidades, pra... pra ter participação da comunidade, enfim. Então, eu acho que o Conselho, no ano passado, participou de uma maneira bem significativa no Plano. Esse ano nós não conseguimos ainda por conta de... tempo mesmo, né?

Veja as falas da respondente R-2 acima. Ora afirma que o C.M.E.P. acompanha o cumprimento das metas, ora não. As lacunas, incertezas e contradições são observadas durante as devolutivas. É sentido muita precaução por parte dos entrevistados, sendo que um dos respondentes não permitiu a gravação em razão do episódio envolvendo o C.M.E.P. no fechamento de uma escola no município com situações precárias de atendimento. As conselheiras se sentiram expostas nas redes sociais e por um jornal da cidade por ter alegado que as atas do conselho foram alteradas e que o conselho fora imparcial quanto ao fechamento. Porém, foram legítimas as ações do conselho devido os

acompanhamentos e visita a escola e sessões com a comunidade no C.M.E.P. (SANTOS e RUEDA, 2017, p.62).

O atendimento à população é realizado, desde que se registre o interesse pelos casos apresentados, porém a falta dos debates com a sociedade não aparece como uma preocupação, muito menos correspondendo a um fator para obtenção de qualidade. Almenara e Lima (2018, p.13) afirmam que “[...] o alcance da educação desejada envolverá inevitavelmente confrontos políticos e ideológicos tornando necessário a mediação social dessa qualidade”. Deve-se considerar que esta concepção pode ter sido construída a partir de vivências no conselho como no caso que ocorreu sobre o fechamento da escola. Porém existem dois fatores que se evidenciam: um sobre a função do conselheiro e as dificuldades e desconhecimento sobre essa responsabilidade diante de enfrentamentos e outro fator é que, embora sejam formadas na área da educação, parece não haver um aprofundamento e conhecimento do termo e dimensão da qualidade social.

Gestão democrática e participação no conselho municipal de educação

O surgimento dos conselhos são respostas aos movimentos e pressões da sociedade civil com o objetivo de descentralizar e redemocratizar a educação no país. A Constituição de 1988 define os conselhos como espaços de representação e expressão da sociedade civil a fim de acompanhar e avaliar a qualidade almejada na educação. Portanto a representatividade dos membros que compõe este espaço de gestão pode viabilizar a conquista e construção da gestão democrática se esses atuam pelos interesses do município. Logo, a “[...] participação efetiva pode garantir o direito a educação de qualidade a partir dos conselhos, uma vez que, ligada à paridade e a representatividade dos membros” (LIMA, ALMENARA, SANTOS, 2018, p. 336 e 337). Ao considerar a participação e a inserção dos respondentes no C.M.E.P. obtivemos as seguintes respostas:

R-1 Na verdade iniciaram a minuta de indicação do próprio prefeito, mas, na verdade, foi o próprio secretário quem indicou. [...]

Um outro dado importante aqui, é que, assim: o Conselho Municipal de Educação, só é composto por cargo de confiança. Assim, 90% são cargos de confiança e o resto fica pra cargo que não é de confiança, entendeu? Que eu fui eleita mais pelos outros gestores, assim, foi algo mais democrático.

R-2 Foi através de uma votação que teve na... Aqui embaixo, né, no Auditório. Aí eu tive, né, o interesse de participar e fui escolhida.

R-3 Fui convidada a participar.

Analisando a fala de R-1 percebe-se que a sua eleição não é concebida como fruto de indicação. A concepção de democracia presente tem a ver com a votação feita entre os gestores, sem a participação de outros atores que participam da educação e nem mesmo da sociedade como pais e alunos. R-3 deixa claro que foi indicada e R-2 afirma ter participado de uma eleição no prédio da secretaria. Interessante notar que a concepção de gestão democrática é quando uma decisão é compartilhada entre o conselho e poder executivo como nas falas abaixo:

R-1 Sim, a gestão democrática sim, porque as decisões do secretário não são tomadas sozinhas. Ele não consegue tomar. Bom, a partir desta questão, eu acredito que Piedade, sim. Porque, veja bem, hoje em dia, nenhum material que é comprado no município ele... É uma decisão unilateral do secretário de educação. Todas as decisões passam pelo Conselho. E a hora que passa pelo Conselho, passa por uma série de pessoas, né? Que produz segmentos de creche, educação especial, né? Baseado em princípios éticos sempre. E aí, eu acho que isso efetiva a gestão

democrática, a hora em que a decisão é compartilhada—ela não vem de um lado só. E acredito que é fundamental o Conselho nessa decisão.

R-2 Eu acho que, assim: é tudo muito claro, né? O [...], que é o secretário, ele traz as situações pro Conselho e, assim, é tudo muito... Muito claro pra todos. Todos opinam e nós chegamos num, né, consenso... Eu acho que é muito boa essa relação com a democracia. Acho que é bem... Assim, é tudo muito claro mesmo. E todos têm voz ali e... Dependendo do assunto quando é mais polêmico, quando não é mais polêmico, nós vamos, né, até o local. Todo mundo vê, todo mundo analisa, depois volta e chega num consenso.

Nas falas existe a concepção de que a gestão democrática é obtida por haver representantes dos segmentos da educação e da sociedade. A gestão democrática para R-2 se relaciona a acessibilidade que se tem com o poder executivo. Segundo Bordignon (2009) a gestão democrática é a negociação entre a sociedade e o poder executivo. Cada qual com suas deliberações. E o campo para os conflitos e negociações são os conselhos. Mas, quando questionados a respeito da participação da comunidade o entendimento comum é de já existir uma representação veja a fala de R-3 que exemplifica a questão:

R-3 Nós temos membros de pais de alunos. Não sei como a comunidade poderia participar mais. Isso é de livre espontânea vontade. Não são todos que tem essa disponibilidade.

Ou seja, a participação da comunidade se dá somente através da representação, mas ao mesmo tempo quando questionados sobre a participação dos conselheiros nas reuniões:

R-1 É. Então, tem essas pessoas que nunca... Que só foi em uma reunião, que foi na do Plano Municipal.

Sobre participação dos conselheiros fica claro que existe um grupo participativo, mas não são todos que se envolvem nas questões trazidas até o conselho. Existe também nas falas um certo receio de expor o que de fato ocorre no conselho em relação aos outros conselheiros:

R-2 Os avanços, eu acho que, assim... Como eu te disse, lá no início, é muito democrático. Sempre foi. Então, manteve a linha, sabe? E a participação do grupo em si sempre, né, tem um grupo que participa mais, ou em todas, tem outro que por motivos particulares, assim, “Ai, não consigo sair da escola” alguma coisa assim, não consegue, mas todo mundo sempre... Muito interessado. Não pode vir nas reuniões, então nós temos um grupo, conversa no grupo... Então, eu acredito que é muito... Tem um grupo que é muito participativo nesse Conselho.

R-3 É difícil falar pelos outros, como o outro se dedica...

R-1 Nós, Conselho, temos, assim, pessoas que participam mais e pessoas que participam menos. Acho que isso vai em segundo lugar. O nosso Conselho tem pessoas desordenadas, algumas estão, mas elas não estão. E... Algumas pessoas também tem meio que... “Tô aqui, escutando, mas não tô pensando em nada” e tal. “Viu, também acho. Também acho, também acho...”, e vai assim. Houve avanços? Houve avanços de que quem tá a fim de participar continua vindo, quem não tá... Não venha atrapalhar. É nessa questão que a gente vê.

Quanto à representatividade comprometer ou favorecer as reivindicações da sociedade:

R-3 Cada membro faz a sua parte na comunidade. São vários representantes de diferentes interesses. Cada um consegue trazer os problemas.

R-1 Olha, viu, a gente tem dificuldade com a participação dos pais, mas não é porque a gente não quer que os pais venham, é porque eles não vêm mesmo. A gente marca até as reuniões fora do horário de trabalho, mas quando tem, eles não vem também. E... os pais, que tem aquela questão de que eles nunca aparecem, né? Os representantes da comunidade. A falta de diálogo com o CMDCA também, entendeu? São amigos pessoais do secretário e do prefeito. Então... tem todas essas questões aí.

Desta forma, será que as indicações não corroboram para comprometer as reivindicações da sociedade? Deve-se observar que a “[...] ação dos conselheiros com representação neste órgão colegiado deverá estar sempre voltado para a qualidade do ensino, para o aluno e para o interesse coletivo (PEREIRA e OLIVEIRA, 2011, p.663). Como conteúdo das falas, aparecem também, uma expectativa de que a sociedade venha ao conselho e não que os conselheiros tenham a responsabilidade de promoverem e apresentarem para sociedade as conquistas e a razão da existência do conselho. Precisa-se urgente que os conselheiros compreendam que cabe a eles abraçar esse desafio de desenvolver o movimento democrático e a participação dos cidadãos assumindo seu papel e vigilância de seu contexto social. Por isso considerar que:

A participação é um dos mais importantes princípios políticos e implica a criação de formas de escuta do governo quanto às opiniões da sociedade civil. Para além de ouvi-las, cabe também considerá-las nos momentos das formulações, deliberações e implementações das políticas públicas (LIMA, ALMENARA e SANTOS, 2018, p.333).

Sobre a socialização dos temas e assuntos debatidos no C.M.E.P. e como são divulgados com a comunidade, as devolutivas apontam que tais ações não são práticas do cotidiano do conselho:

R-2 Então, depende do assunto. Quando pode, no sentido de tempo mesmo, as vezes tem coisa que precisa ser deliberada naquele dia, alguma coisa assim, e aí não dá tempo mesmo de se convocar e tudo mais. Mas, quando possível, sim. Então, nós temos o jornal do município, e aí é publicado, né, quando tem reunião, por exemplo: quando foi feito a aprovação do Plano Municipal, saiu no jornal, convidou a comunidade... Nós tivemos, acho que, dois encontros aqui e um na Câmara dos Vereadores. Então, todos esses encontros foram publicados nesse jornal e, através disso, a comunidade participou. No meu caso, né, eu mandei bilhetinho explicando que haveria esse encontro, né?

Vale ressaltar que em toda a coleta de dados da pesquisa, as pesquisadoras não tiveram acesso as atas e aos documentos do C.M.E.P. nem através da presidente do conselho. Veja a fala:

R-01[...] Na questão dos papéis... já estavam me negando desde que eu era presidente. Mesmo querendo pegar os papéis pra vocês, eu não conseguia.

Ao contemplar esse contexto de participação relativa da sociedade, não socialização dos temas e assuntos debatidos no CME Piedade/SP e não socialização das atas, qual o objetivo e que papel tem assumido este conselho? Quanto à participação da comunidade a concepção é a de que os que estão no conselho são a própria comunidade e não as representações:

R-1 Cê veja bem, é... Se for da comunidade, fora quem tá aqui, eu avalio como ruim. A comunidade não participa, sabe por quê? Eu vou te falar uma coisa bem pessoal - vive colocando no Facebook e... Todas essas coisas aí, reclamando da segurança disso e daquilo. [...]

Então, a pessoa não participa mesmo, entendeu? Então, é bem complicado, avaliei como ruim, mas se você for contar que [...] Você é mãe, você é do Conselho, se chega

material, é do seu filho aquele material, mas a comunidade, fora do pessoal que tá aqui, eu acho muito ruim.

R-2 Não sei como avaliar. Mesmo por conta de... Da participação. Não tem como eu avaliar, né? Eu não sei se, de repente, é... Pergunta informalmente para alguém... Vamos supor assim: "Você é uma mãe que faz parte do Conselho? Você não veio na reunião.", mas você me pergunta informalmente, né, tem meu contato, por exemplo, e às vezes você tá por dentro, né? Então não tem como... A pessoa não vem até a reunião, mas eu não tenho como te dizer que ela não está por dentro das coisas. Você entendeu mais ou menos o que eu quis te dizer?

Frente a esse contexto "[...]" de nada adianta a perspectiva de uma educação socialmente referenciada se não ocorrer uma participação popular diversificada neste colegiado de gestão da educação [...] a educação somente será socialmente referenciada se construída pelos cidadãos" (LIMA, ALMENARA, SANTOS, 2018, p. 337). Veja que a partir das falas surgem questionamentos: as demandas dos representantes do conselho são as mesmas que as da sociedade? É necessário o entendimento sobre a representatividade a fim de que este conselho consiga uma proximidade com a comunidade.

O conselho municipal de educação e instrumentos da gestão democrática

A educação de qualidade corresponde as exigências da democracia. As aproximações com a comunidade não foram as mais agradáveis para os conselheiros devido o espaço ser promovido somente na resolução de casos que estavam se arrastando por muitos anos no município e que, por vários mandatos as questões não se resolviam, como por exemplo o caso da escola de Piratuba. Esses casos exigem muita diplomacia a fim de "[...] fazer valer a leitura sobre o conceito e dimensão dos segmentos representados, e reivindicação por atuar de forma efetiva por apresentar, agendar, promover o enfrentamento quanto à não supressão das conquistas históricas dos munícipes" (LIMA, ALMENARA, SANTOS, 2018, p.335). Em relação aos conselheiros se sentirem pressionados pela comunidade ou pelos seus representantes a respeito de alguma pauta, as respostas indicaram dois episódios: um deles o fechamento da escola no bairro Piratuba e outro sobre as onze horas de turno das creches:

R-1 Sim, sim. Foi terrível [...] Nós fomos pressionados pelos membros do Conselho, que não aconteceu comigo, mas alguns membros do Conselho foram xingados de palavrões, tudo, os que estavam lá. Estavam no dia que foi o dia na comunidade, porque o secretário pediu a algum membro do Conselho, foi membro do Conselho junto, foi lá a comunidade, e a gente fez uma reunião pedindo que remanejassem as crianças e tal... Numa tranquilidade e inocência que a gente não achou que viraria agonia. Depois houve essa questão do jornal questionar: "Pô, mas vão fechar essa escola? Quem são esses conselheiros?! Como foram escolhidos?! Como não sei o quê?!", uma pressão da mídia muito maior também, porque essa questão política é muito forte com a comunidade, então você não sabe do que eles são a favor, então ninguém, sabe o que se passa pela sua cabeça, pelo menos no meu caso é assim. E aí nós fomos pressionados também pelos vereadores: "Com que fecha a escola? Como que pode fechar a escola?". O prédio não era nosso. Existe uma planta pra construir escola nesse bairro, cê tá entendendo como é muito óbvio disso acontecer? "Vamos remanejar os alunos até construir um novo prédio.". É uma planta, porque é um prédio doado pela prefeitura. Muito maior. Aquele lugar não tinha condição de ter crianças mais.

[...] Assim, a Secretaria pede que recomendação a gente precisa, povo também tá estourado com a questão das nossas creches, Piedade não tem mais aquela, é... Creches que funcionavam onze horas por dia. Ou seja: não tem funcionário pra concluir uma carga dessa. Cê vai dar três horas de almoço pra pessoa—coitada da

pessoa! E a pessoa humana? Três horas de almoço, comprometida totalmente a vida dela, não dá pra fazer nada. Até mesmo os estagiários, eles estudam!

R-3 Não. Porque tenho propriedade no que acredito.

R-2 Não. Tranquilo[...] Mas você num... Não sei por que a gente tá calejada já, mas eu não tenho essa... E, assim, por diversos fatores a sociedade pode não se sentir... Né? Tem vários. Às vezes até por fatores políticos, né? Algum grupo da oposição, alguma coisa assim. Então, a gente sempre tá exposta. Nessa questão mesmo, da creche, nossa... Foi super... Difícil mesmo, sabe?

É possível perceber a negação de R-3 e o receio na fala de R-2 sobre os episódios ocorridos no município. Embora esses casos tenham ocorrido sete meses antes da coleta de dados, ainda os assuntos estavam bem presentes. Parte desses acontecimentos ainda estavam em processo de resolução durante a coleta de dados e marcaram o C.M.E.P. e a vida pessoal dos conselheiros como conquistas e foco para reverem a lei do sistema de ensino do município. Esses embates trouxeram para os respondentes alguns enfrentamentos que se travam a fim de conquistar a democracia, ainda que de forma incipiente. Porém quando indagados sobre a autonomia do conselho, as respostas revelaram que:

R-3 Parcial. Porque tem coisas que legalmente não é possível. Ex: comprar lápis, não tem ata de registro, trâmites...

R-1 Parcial, ou eu nem considero. Sabe por quê? [...] Então, assim, o Conselho não tem muito... Contato com o executivo, você tá entendendo? Com o prefeito, não tem. A gente não tem contato, e o executivo pede pra isso, pede praquilo, e a gente... Não, não sinto nada disso.

Neinha pressão! No dia em que o vice-prefeito veio aqui também, ele perguntou as coisas pra gente, mas foi mais ele perguntando as coisas pra gente do que a gente pra ele... Pergunta de "Ah, como quer fazer", sabe? Essas coisas. Pergunta de "Como vocês vão decidir? Como vão fazer?", é uma coisa que fica bem ao nosso critério mesmo.

Segundo Lima, Almenara e Santos (2018, p.335) a "[...] autonomia dos conselhos é um tanto quanto polêmica e coloca o seu funcionamento imerso em tensões devido a vinculação" que se vinculam, não raras vezes, à dimensão financeira. Na fala de R-3 fica claro que o CME depende e muito de ordem financeira para o seu funcionamento, porém a esta questão soma-se o fato de que isso poderia chocar-se com a autonomia em relação ao executivo. O CME não é órgão do executivo, mas entidade que representa os municípios.

Segundo Werle, Sheffer e Moreira (2012, p. 24) a autonomia é uma dimensão da qualidade social da educação e que "[...] permite a formulação de estratégias de ação para o enfrentamento de problemas específicos; possível no contexto das práticas e recomendada na legislação". Na fala de R-1 existe o entendimento de que o conselho tem autonomia por não ter contato com figuras do poder executivo. Os conselhos, como os contextos de prática, "[...] não são isentos de contradições, e neles os fazeres transformadores voltados para a qualidade social da educação precisam incorporar reflexividade" (WERLE, SHEFFER, MOREIRA, 2012, p.23). Existe, portanto, uma falsa colaboração entre ambos e que é velada. Isto é confirmado pela fala de R-1 após sua saída do conselho:

R-1 [...] eu cheguei a ir pra UNDIME pra acertar algumas coisas do nosso Plano Municipal de Educação. Então, eu tava bem envolvida nas questões até onde eu achava que era certo. E aí chegou um ponto de regularizar questões do terceiro

setor, né? Piedade é uma cidade pequena, e existe muita politicagem. E eu fui de encontro a essas questões, [...] tive pressão da política muito intensa do prefeito que tava, na época, no lugar, e o Conselho chegou a fazer uma visita com o consentimento do secretário, só que ele não achou que a gente tinha esse preparo pra fazer a avaliação que nós fizemos do local, e essas questões assim, entendeu? [...] Aqui em Piedade é assim. Aqui você sofre uma grande perseguição nesses casos, e a perseguição não restringe só a pessoa, atinge a gestão da escola e seus alunos também.

A existência de uma influência direta do poder executivo sobre o conselho, é percebida nalgumas falas:

R-1 Olha, eu diria que é... O executivo... No papel do prefeito, nunca encaminhou nada pra gente. Nunca passou nada pro Conselho. No papel do secretário da educação, sim. [...] Ele encaminha, mas não influencia na hora da deliberação.

R-3 Não influencia.

R-2 Ah... Não sei te dizer, viu? Depende do assunto, também. Tem assuntos que não influencia. Tem assunto que a gente pega o olhar, a visão.

Novamente aparecem as contradições e omissões quando questionados sobre a autonomia do conselho em relação as discussões, encaminhamentos e deliberações, por exemplo: “R-2 Eu acho que é ampla e total, viu?”

Como o conselho teria ampla ou total autonomia se dependendo do assunto, o poder executivo exerce influência nos encaminhamentos e deliberações? Quando questionados de onde surgem as deliberações, os entrevistados não sabem responder. Percebe-se que este conselho possui relativo entendimento sobre o seu papel. O medo da perda de emprego ou de comprometimento perante o poder executivo foram sentidos através das contradições e omissões nas falas dos respondentes. Casos de abandono do conselho, renúncias, mudanças de funções e casos de adoecimento após o exercício da atividade como conselheiros puderam ser observados como queixas dos respondentes.

O conselho municipal de educação e estratégias de gestão democrática

Ao considerar que os CMEs são “[...] espaços para a participação social vinculados à defesa do princípio de gestão democrática” (SILVA, 2013, p.53), deduz-se que esse se reúna para viabilizar o seu objetivo. O alcance deste objetivo maior se dá por vias de estratégias para a “[...] definição e implementação de políticas públicas no município pela discussão ampla e pela a responsabilidade coletiva” (SILVA, 2013, p.54). No caso de Piedade/SP uma das estratégias ou iniciativas desenvolvidas são as visitas nas escolas, nos casos de denúncias e confirmação do não atendimento às necessidades e direitos dos alunos. Porém não existe a consciência e conhecimento dos entrevistados acerca de ações de transparência e chamamento ao exercício da gestão democrática por meio de estratégias concretas como divulgação de pautas, abertura de espaço para a sociedade em todas as reuniões, divulgação através de site das ações do CME e outras ações que tornariam possível a participação e interação social. Esse ausentamento dificulta a garantia e os processos de participação social:

R-1 Não em sua totalidade, isso é muito difícil. A gente tá engatinhando, mas há uma procura muito grande em virtude disso. Essa gestão, agora, trouxe um secretário da educação muito proativo, que trouxe consigo uma secretária, uma assistente social, que tem um olhar muito humano, muito interessado, muito voltado para essas questões, sabe? Então, dessa parte social... E a liderança cobra bastante, então chama o secretário pra lá, chama o secretário de assistência social, e chama, etc.. Então, assim, nós estamos engatinhando e estamos tentando melhorar. Agora, pensando no posicionamento da promotora perante nós,

considerando a idade. [...] de médio porte, então nós vamos nos aprofundar. Chamar os profissionais da [...], pra discutir algumas coisas que estamos em falta. Mas o orçamento nosso, do município, é muito pequeno. Eu não digo da educação, mas o município. Tá muito difícil fazer certas coisas, mas a Secretaria de Educação consegue garantir muitas coisas pras crianças. O atendimento especializado... Por exemplo: não temos psicólogo infantil, mas nós temos transporte pras crianças apreenderem com profissionais qualificados. É a gente dando nosso melhor, né? Para que possamos evoluir e ter condições de fazer melhor ainda.

Nota-se que o entendimento sobre a participação social se associa aos atendimentos especializados que a educação do município pode oferecer. Uma espécie de assistencialismo seria referida a participação social. Quando questionados se a população do município costuma participar dos debates e encaminhamentos do Conselho, as respostas são as seguintes:

R-1 Não. Não... Quando é no Plano Municipal de Educação, ainda aparecem vereadores, mídia, alguns representantes de pais ou mãe de creches— os que mais são participativos são os pais de crianças de creches, ou os que são menores. Mas, ele vão deixando pouco— [...]Essa coisa de achar que tudo é bobagem, que não adianta nada, que tudo é comprado, então eu não vou lá, não vou brigar, não vou discutir... Porque não vai dar em nada!

R-2 Então, como eu te disse: é feito essa divulgação e tal, e nós nunca, que eu me lembre, tivemos a participação, né? Pelo o que eu lembre, não. A não ser nesses três encontros do Plano Municipal que eu te disse, isso sim. Foi bastante gente. Mas... Nos outros momentos, assim, que eu me lembre, não.

Pode-se perceber que a população participa quando é permitida a participação. Nos encontros para a efetuação do Plano Municipal a população compareceu. Frente a isto percebe-se que este conselho não tem planejado e não consegue lidar com o comparecimento da população. Nas falas aparece a afirmação de que a população não comparece, porém quando são convidados, estão presentes e participam, portanto uma dimensão contraditória. O que sobra para a sociedade são as redes sociais. As respondentes se queixam de a comunidade reclamar muito pelas redes sociais. A participação da sociedade é associada como incomodo devido as manifestações na rede. Falta ao CME compreender que este tem a função de mediação entre os interesses da população e o poder executivo. A fala, a seguir, apresenta que alguns pontos nessas intermediações têm mudado e percorrido um caminho diferente para a instauração da gestão democrática, mas ainda se espera muito da postura do poder executivo a fim de promoverem mudanças e obterem autonomia e intolerância com a participação social.

R-1 Olha... Eu acredito que estamos a caminho. Eu sou muito positiva. Estamos a caminho. Porque, a partir do momento em que você entra numa nova gestão, num novo Conselho, você encontra muita oposição, o que eu acho muito saudável. Eu acho oposição extremamente saudável, mas de uma pessoa fundamentada, não de... Né? “Eu sou contra”, “Por quê?” “Porque sou”. “Eu sou contra porque sou contra”, né? Uma pessoa fundamentada, né? Veja bem: a gestão do nosso Conselho entrou junto com um novo prefeito. O nosso secretário. Um secretário jovem, proativo... Ele é diferente dos outros perfis de—então, até ele demonstrar um pouco de aceitação, já demorou um tempo pra tá envolvido com a educação, agora tá mais sossegado. [...]Então, eu acredito que estamos a caminho. Eu acho que através do trabalho da Secretaria, porque todo trabalho da Secretaria de... Zerar negócio de creche, escola em tempo integral, dos estagiários nas escolas e tal, acho que através do secretário/do trabalho do secretário, as pessoas vão baixando a guarda, e aí fica mais fácil de fazer esse trabalho.[...] Mas eu acredito que estamos a caminho. Estamos aí, é... Desconstruindo uma cultura de que o secretário não pode ser jovem, de que você—porque ele teve que fazer muita mudança. Ele chegou aqui mudando essa coisa de fechar escola e tal, e pondo ordem na escala que tinha de creche, porque ele quem fez o decreto pra ter as prioridades [...], foi ele quem fez

esse decreto. Então, não era mais indicação de alguém. Passou a ser publicado no jornal: "Ó, tem essa criança em situação de risco" depois apresenta o comprovante que a mãe tá trabalhando, depois corre a lista.[...] Eu participei de outra gestão como membro da Secretaria, trabalhei aqui dentro em outra gestão com dois secretários da educação diferentes. Era uma coisa assim: 'Ah, aquela escola lá precisa ser fechada?', "Precisa", "(...) Não vamos mexer com isso agora não". Trocou de secretário; "Olha, deixa disso. Esquece essa história. Deixa pra lá", e "Viu, vai por uns remendo em cima do teto pra parar de chover tanto", "Não tem como colocar uma lona em cima do telhado?", "Deixa isso pra próxima", "Vamos esperar a reeleição", "Vamos esperar tal coisa".

Vemos que alguns pontos estão mudando de forma significativa e essas mudanças são imprescindíveis para que haja a articulação entre o CME Piedade/SP, o poder local e a população como, por exemplo, a obtenção por vaga na creche, a partir de conhecer ou falar com determinados vereadores segundo o relato de R-1; a cultura do jeitinho ao invés de participar e fazer valer o direito. Nesse aspecto a representatividade tem parcialmente se efetivado em alguns pontos, ainda que, diante da falta de autonomia e uma certa admiração das iniciativas da secretaria de educação:

R-1 Imparcialidade? Não sei o que é isso. Não sei, porque a gente é parcial, né? Você vai perceber uma coisa nesse Conselho [...] O que eu falo tem muito peso. Então, eu não sei se é imparcial ou se é só a minha opinião que vai. Eu penso muito nisso, entendeu? Porque... Apesar de ter opiniões muito fortes aqui, quando eu explico uma situação e falo minha opinião, a tendência da maioria do Conselho é—Não é que eu mando, tá entendendo? Mas eu tenho esse fator forte com as palavras que é forte no Conselho.

Conforme o relato cabe a figura do presidente do conselho compreender a sua função de líder e mobilizar o grupo para a função de mediação e não de expectador ou fazedor de tarefas do poder executivo. Desta forma, este conselho poderá melhor encaminhar as demandas prioritárias da cidade. Embora nos relatos sejam ditos que tais demandas sejam atendidas, pergunta-se como de fato o município tem atendido se não ouve a própria comunidade sobre a educação desejada? Ao considerar o contexto vivido pelo CME de Piedade/SP percebe-se um longo caminho a percorrer pela compreensão e alcance da qualidade socialmente referenciada e da gestão democrática.

O conselho municipal de educação: solicitações da gestão democrática

Durante a coleta de dados apareceu de forma intensa um não saber a respeito do funcionamento do conselho e sobre a função dos próprios conselheiros. Considerando o CME um espaço de construção, reflexividade e diplomacia registra-se nas devolutivas dos conselheiros que há necessidade de:

- Saber da história e função dos conselhos – a compreensão sobre o surgimento dos conselhos no Brasil e a função destes esclarece o propósito deste órgão e a reflexão de seu desenvolvimento – do geral para o local, ao lado do entendimento de que o conselho é um órgão que assessora, delibera, normatiza e fiscaliza sendo esta função a mais temida por alguns conselhos por evitar embates com o poder executivo. Nesse sentido um material informativo seria bem apropriado, tanto para os conselheiros quanto para a população.
- Compreender as eleições para o conselho como exercício democrático – as informações e estudos sobre as eleições e funções dos conselheiros trará consciência todos e a aqueles que embora tenham sido indicados possam contribuir efetivamente. As indicações para a composição do conselho são evidentes, o que compromete a representatividade e a participação da sociedade. O processo das eleições, desde a divulgação até as votações é necessário que os conselhos estudem e divulguem a posteriori para a sociedade.

- Analisar a relação com o poder executivo – estudar e estar atento a respeito da autonomia do conselho. Mesmo havendo questões financeiras em jogo é necessário o uso da diplomacia a fim de preservar os interesses da comunidade e não colocar em questão a autonomia do conselho para o exercício de suas funções. A efetuação de cadernos com as realizações bianuais auxiliaria no acompanhamento das ações do conselho e a divulgação através de um site apresentando as atividades pode contribuir para a visibilidade do conselho.

Muitos são os pontos a serem tratados, mas esses são urgentes para os que se envolvem com a educação e entram em contato com os conselhos, por isso, destaca-se que os CMEs “[...] constituíram-se em espaços de debates e embates entre o Estado e a sociedade civil, delineados e são [...] embasados por uma concepção democrática onde a participação do cidadão nas políticas públicas é compreendida como direito político” (LIMA, ALMENARA, SANTOS, p.332 e 333). O conselho que respeita o direito público deverá percorrer o caminho da qualidade socialmente referenciada e da gestão democrática.

Considerações finais

O presente estudo analisou as percepções dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP acerca da qualidade socialmente referenciada e da gestão democrática, revelou embates e dilemas vividos no município percebidos através de muitas contradições e receios em meio às afirmações nas entrevistas. O acesso aos membros do conselho para a coleta de dados foi restringido a um universo distinto do que se desenhara com antecedência, o que não inviabilizou a pesquisa, desvelando ao contrário, a relativização da concretude e difusão da gestão democrática no município.

A partir deste estudo, foi possível perceber o surgimento de questionamentos, abandono de cargos dentro do conselho e mudanças efetivadas de forma abrupta pelo poder executivo. Este município tem um longo caminho a percorrer, porém percebeu-se que a partir da aplicação do instrumento da coleta de dados e a visita das pesquisadoras abriu-se uma atenção sobre este órgão e sobre o papel que este tem desenvolvido no município.

As concepções apresentadas demonstram que as leis não são suficientes para a implementação das políticas e a mudança de concepção dos atores que participam e vivem as políticas. É preciso a reflexividade sobre o exercício do CME, estudos e participação efetiva da comunidade. Que este estudo de alguma forma contribua para a consolidação da autonomia e garantia da qualidade socialmente referenciada e gestão democrática neste e em outros municípios.

Referências

ALMENARA, G. V. R. LIMA, P.G. Conselhos Municipais de Educação no Brasil: discussões sobre seu surgimento e desenvolvimento. *Revista Educere Et Educare*, Vol. 13, N. 27, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/17751> Acesso em: 12 out. 2018.

AZEVEDO, J. L. de. Notas sobre a análise da gestão democrática da educação e da qualidade de ensino no contexto das políticas educativas. *RBPAE*, v.27, n.3, p. 365-588, set./dez, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/26412/15404> Acesso em: 05 out. 2018.

BORDIGNON, G. *Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano* / Genuíno Bordignon. - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em:

http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3082/1/FPF_PTPF_12_079.pdf
Acesso em: 07 nov. 2018

LIMA, P. G.; ALMENARA, G. V. R.; SANTOS, J. M. O. Conselhos municipais de educação: participação, qualidade e gestão democrática como objeto de recorrência. *Revista Diálogo Educacional*, [S.l.], v. 18, n. 57, jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/23933/22808> Acesso em: 27 set. 2018.

PEREIRA, S. M.; OLIVEIRA, O. S. Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 651-678, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n72/a10v19n72.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

RUEDA, J.L.; SANTOS, J.M.O. O Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP: caracterização do município e estrutura educacional. *Ensaio Pedagógicos* (Sorocaba), vol.1, n.3, p.44-52, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://www.ensaio pedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/47/76> Acesso em: 27 set. 2018.

SANTOS, J.M.O.; RUEDA, J.L. Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP: criação, implementação e gestão democrática. *Ensaio Pedagógicos* (Sorocaba), vol.2, n.2, p.54-64 mai.-ago. 2018. Disponível em:

<http://www.ensaio pedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/84/114> Acesso em: 27 set. 2018.

SILVA, M. A. C. *Conselho Municipal de Educação de Uberlândia- MG: possibilidades na democratização da educação Municipal (2009-2012)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13921/1/Maria%20Adelina.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

WERLE, F.O.C.; SHEFFER, L.S.; MOREIRA, M.C. Avaliação e qualidade social da educação. *ETD – Educ. Temat. Digit.* Campinas, SP v.14 n.2 p.19-37 jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/download/1220/1235>. Acesso em: 25 out. 2018.

*Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: jmarthendal@yahoo.com.br

**Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação da UFSCar-Sorocaba/SP. E-mail jurany.rueda@outlook.com.

Recebido em 10/08/2018

Aprovado em 15/10/2018